


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, . - Centro

CEP: 13560-648 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3374-1255 - E-mail: saocarlos1cr@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0014949-63.2012.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas**
 Autor: **Justiça Pública**
 RéuDeclarante (Passivo): **Orivaldo Donizeti dos Santos e outro, Marcos Donizeti da Silva**

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Antonio Benedito Morello**
VISTOS

ORIVALDO DONIZETI DOS SANTOS (R. G. 16.672.627), com dados qualificativos nos autos, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 14 da Lei 10.826/03, e artigo 310 da Lei 9.503/97, c. c. o artigo 69 do Código Penal, porque no dia 25 de abril de 2012, durante a madrugada, na Rodovia Washington Luís, no pátio da 26ª Ciretran, nesta cidade, guardas municipais constataram que ele detinha arma de fogo de uso permitido, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar e entregou a direção de veículo automotor a pessoa não habilitada.

A arma, uma espingarda marca Winchester, calibre 12, com numeração de série L2583327, cano com 47,5 cm de comprimento e 13 cartuchos intactos, todos aptos para efetuar disparos, foi encontrada no interior da caminhonete GM/Silverado, placas CPU 8714, de Descalvado, de propriedade do denunciado, apreendida quando era conduzida por Marcos Donizeti da Silva, devido ele não possuir habilitação para conduzir veículo automotor.

Recebida a denúncia (fls. 89), o réu foi citado (fls. 104) e respondeu a acusação (fls. 106/137). Durante a instrução foram ouvidas três testemunhas de acusação (fls. 155/157) e uma de defesa (fls. 178), seguido do interrogatório do réu (fls. 179). Em alegações finais o dr. Promotor de Justiça opinou pela



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, . - Centro

CEP: 13560-648 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3374-1255 - E-mail: saocarlos1cr@tjsp.jus.br

condenação, nos termos da denúncia (fls. 182/186). A defesa sustentou a não caracterização do delito do artigo 310 da Lei 9.503/97 porque não houve demonstração de perigo concreto de dano com a entrega do veículo a pessoa não habilitada. No que respeita ao crime do artigo 14 da Lei 10.826/03 argumentou a ocorrência do estado de necessidade e erro de tipo, salientando equívoco em classificar a conduta do réu como porte ilegal de arma, já que ele não portava e nem detinha consigo a arma apreendida. Termina por pedir a absolvição do réu ou, em última hipótese, a desclassificação para o crime descrito no art. 12 da Lei 10.826/03, com os benefícios da Lei 9.099/95 (fls. 191/222).

É o relatório.

D E C I D O.

Está demonstrado nos autos que o réu entregou a direção de uma caminhoneta de sua propriedade para seu então empregado Marcos Donizeti da Silva, mesmo sabendo que ele não possuía habilitação para conduzir veículo automotor. O veículo foi apreendido na posse deste, que se mostrava completamente alcoolizado (fls. 156). Depois de removido o veículo para o pátio municipal, ao ser ele vistoriado por guarda municipal, dentro dele foi encontrada uma espingarda calibre 12, com munição (fls. 157), a qual ali tinha sido deixada pelo réu, como ele próprio admitiu em seu interrogatório na polícia (fls. 77).

Examino, em primeiro lugar, o crime do artigo 14 da Lei nº 10.826/03, que trata da arma localizada no veículo.

A denúncia imputou ao réu a conduta de "deter", quando afirma que ele "detinha arma de fogo de uso permitido, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar" (1-d).

Deter significa ter a arma de forma passageira ou transitória. Exige que o agente tivesse a arma à sua disposição por curto espaço de tempo, situação que não aconteceu na espécie com o réu, pois a arma foi encontrada dentro de veículo que não estava sendo conduzido por ele e tampouco por alguém quando se deu a sua localização.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, . - Centro

CEP: 13560-648 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3374-1255 - E-mail: saocarlos1cr@tjsp.jus.br

Portanto, impossível responsabilizar o réu pelo delito a ele imputado, já que a conduta que lhe foi atribuída não se confirmou, impondo-se a sua absolvição desta acusação.

No que respeita ao crime do artigo 310 da Lei 9.503/97 (CTB), ao contrário do que sustenta a defesa, este delito é de perigo abstrato e prescinde da prova acerca da probabilidade da ocorrência de dano. Demais, o perigo está implícito na conduta de quem entrega a direção de um veículo automotor à pessoa não habilitada a conduzi-lo. Por último, mesmo que acolhida a tese da defesa, no caso dos autos houve perigo efetivo de dano, porque a pessoa para a qual o réu entregou a direção de sua caminhoneta a conduzia estando completamente alcoolizada, sendo o veículo encontrado pelo policial imobilizado no meio da rua (fls. 156).

Mas com a absolvição do réu pelo crime da lei de armas, resulta a possibilidade de transação penal em relação ao delito da lei de trânsito, de forma que, aqui e neste momento, deixo de condenar o réu pela infração do artigo 310 da Lei 9.503/97.

Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE A DENÚNCIA em relação à acusação feita ao réu de infração do artigo 14 da Lei 10.826/03, absolvendo-o com fundamento no artigo 386, VII, do CPP. Em segundo lugar, determino que em relação ao crime do artigo 310, da Lei 9.503/97, seja, oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, aplicado o instituto da transação penal previsto na Lei 9.099/95, ouvido o Ministério Público.

P. R. I. C.

São Carlos, 27 de fevereiro de 2014.

ANTONIO BENEDITO MORELLO

JUIZ DE DIREITO

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA
